



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



PAULO MURILO FERNANDES DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA REDUÇÃO DA
CRIMINALIDADE JUVENIL**

GOIÂNIA-GO

2025

PAULO MURILO FERNANDES DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA REDUÇÃO DA
CRIMINALIDADE JUVENIL**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof..

GOIÂNIA-GO

2025



CamScanner

ESTRATÉGIAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE JUVENIL

COMMUNITY POLICING STRATEGIES TO REDUCING JUVENILE CRIME

Paulo Murilo Fernandes De Oliveira¹

Nome completo do(a) orientador(a)²

Resumo

A criminalidade juvenil representa um desafio para a segurança pública, influenciado por fatores sociais como ociosidade, pressão grupal e ausência de oportunidades, demandando abordagens preventivas que transcendam modelos repressivos. A polícia comunitária, adotada pela Polícia Militar de Goiás (PMGO), promove estratégias como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), patrulha escolar e integração comunitária para mitigar o envolvimento de adolescentes em delitos, fomentando laços de confiança e prevenção primária. O objetivo geral deste estudo é analisar as percepções de policiais instrutores e alunos em formação da Academia de Polícia Militar de Goiás sobre a eficácia das estratégias de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil. Os objetivos específicos incluem identificar estratégias abordadas na formação, avaliar sua relevância e aplicabilidade, e explorar desafios na implementação. A metodologia adotou abordagem qualitativa, com análise documental e pesquisa de campo com instrutores e alunos em formação. Os principais resultados revelam inclusão predominante de Proerd (96,9%) e patrulha escolar (93,8%) no currículo, relevância alta das estratégias (78,12% alta/muito alta), preparação moderada por simulações práticas (46,88%), facilitação unânime de interação comunitária pelo treinamento, desafios centrados em resistência cultural (56,25%) e falta de recursos (40,62%), capacitação parcial para contextos reais (53,12%), e percepções equilibradas de eficácia positiva (33,33%) com necessidade de integração (33,33%). Conclui-se que as estratégias comunitárias da PMGO são percebidas como relevantes para a prevenção, embora demandem superação de barreiras culturais e logísticas, com investimentos em capacitação integrada e parcerias para ampliar sua efetividade na redução de infrações juvenis em Goiás.

Palavras-chave: Polícia comunitária; Criminalidade juvenil; PMGO; Prevenção; Estratégias educativas.

Abstract

Juvenile crime poses a challenge to public safety, influenced by social factors such as idleness, peer pressure, and a lack of opportunities, demanding preventive approaches that transcend repressive models. Community policing, adopted by the Goiás Military Police (PMGO), promotes strategies such as the Drug Resistance Educational Program (Proerd), school patrols, and community integration to mitigate adolescent involvement in crime, fostering bonds of trust and primary prevention. The overall objective of this study is to analyze the perceptions of police instructors and trainees at the Goiás Military Police Academy regarding the effectiveness of community policing strategies in reducing juvenile crime. The specific objectives include identifying strategies addressed in the training, assessing their relevance and applicability, and exploring implementation challenges. The methodology adopted a qualitative approach, with document analysis and field research with instructors and trainees. The main results reveal the

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: paulomurillo2001@gmail.com. Telefone: 61983718355

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em xxxxxxxx e Especialista em Email: xxxxxxxx@gmail.com. Telefone: (62)99999-9999.

predominant inclusion of Proerd (96.9%) and school patrol (93.8%) in the curriculum, high relevance of the strategies (78.12% high/very high), moderate preparation through practical simulations (46.88%), unanimous facilitation of community interaction through training, challenges centered on cultural resistance (56.25%) and lack of resources (40.62%), partial training for real contexts (53.12%), and balanced perceptions of positive effectiveness (33.33%) with the need for integration (33.33%). It is concluded that the PMGO's community strategies are perceived as relevant for prevention, although they require overcoming cultural and logistical barriers, with investments in integrated training and partnerships to increase their effectiveness in reducing juvenile delinquency in Goiás.

Keywords: Community policing; Juvenile crime; PMGO; Prevention; Educational strategies.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade juvenil representa desafio significativo para a segurança pública, exigindo estratégias preventivas que atuem nas causas sociais e comportamentais associadas ao fenômeno, conforme Mesquita Neto (2004), que analisa a visão de coronéis da Polícia Militar sobre policiamento comunitário. A polícia comunitária, caracterizada pela proximidade com a população e pela construção de laços de confiança, destaca-se como abordagem eficaz na redução de infrações cometidas por jovens, refletindo tendência de superação de modelos repressivos em favor de prevenção e mediação social.

A evolução das práticas de policiamento comunitário no Brasil incorpora iniciativas como a patrulha escolar, que contribuem para a diminuição da violência em ambientes educacionais, conforme Martins e Dias (2025), que exploram ações integradas de polícia comunitária. Programas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), investigado por Almeida (2021), demonstram que medidas de prevenção primária, centradas em educação e diálogo, mitigam o envolvimento de adolescentes em atividades ilícitas, como uso de drogas e violência.

A pesquisa justifica-se pela relevância de avaliar a percepção de policiais sobre as estratégias de polícia comunitária, considerando seu potencial para reduzir a criminalidade juvenil em Goiás. A ausência de ações preventivas eficazes pode agravar o envolvimento de jovens em práticas delitivas, impactando a segurança pública e o desenvolvimento social, conforme apontado por Ferreira (2020), que analisa o combate à violência escolar.

Trabalhos como o de Menezes Sobrinho (2023) reforçam a importância de integrar segurança e educação na proteção de crianças e adolescentes, destacando a carência de estudos que analisem a formação policial nesse campo. Os resultados da pesquisa poderão orientar o aprimoramento de programas de capacitação na Polícia Militar de Goiás (PMGO), promovendo

abordagens comunitárias mais estruturadas e adaptadas ao contexto local, alinhando-se às diretrizes da Linha de Pesquisa II – Prevenção e Repressão à Criminalidade.

O problema a ser investigado reside na seguinte questão: como policiais instrutores e alunos em formação da Academia de Polícia Militar de Goiás percebem a eficácia das estratégias de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil, considerando sua preparação e aplicação prática? Essa interrogação orienta o estudo, buscando compreender as percepções sobre a eficácia das ações comunitárias.

O objetivo geral consiste em analisar as percepções de policiais instrutores e alunos em formação da Academia de Polícia Militar de Goiás sobre a eficácia das estratégias de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil. Os objetivos específicos abrangem identificar as estratégias de polícia comunitária abordadas na formação policial da Academia de Polícia Militar de Goiás voltadas à prevenção da criminalidade juvenil, avaliar as percepções de instrutores e alunos sobre a relevância e aplicabilidade dessas estratégias em contextos reais, e explorar os desafios percebidos na implementação de ações comunitárias voltadas para jovens.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 FUNDAMENTOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

A polícia comunitária configura-se como modelo de atuação na segurança pública, fundamentado na interação direta entre a corporação policial e a população, com ênfase na prevenção de delitos, incluindo a criminalidade juvenil. Essa abordagem privilegia a construção de laços de confiança, facilitando a identificação de fatores de risco associados a infrações cometidas por jovens, como a influência de grupos sociais e a ociosidade. A origem da polícia comunitária no Brasil remonta a iniciativas que buscam substituir práticas exclusivamente repressivas por métodos preventivos, promovendo a mediação de conflitos e a integração comunitária. A documentação histórica dessas práticas revela a progressiva adoção de estratégias que priorizam a proximidade como elemento central da segurança pública (Mesquita Neto, 2004).

As estratégias de polícia comunitária voltadas à criminalidade juvenil incluem programas estruturados, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), amplamente implementado pela Polícia Militar de Goiás (PMGO) e outras corporações. O Proerd dirige-se a escolas, oferecendo atividades educativas que abordam temas como autoestima, pressão social e resistência ao consumo de drogas, visando reduzir o envolvimento de

adolescentes em práticas ilícitas. A estrutura do programa compreende aulas ministradas por policiais treinados, utilizando materiais didáticos adaptados à realidade dos alunos, com registros indicando sua aplicação em instituições educacionais goianas. A documentação dessas iniciativas reflete a aposta em medidas de prevenção primária como ferramenta contra a delinquência juvenil (Almeida, 2021).

A patrulha escolar constitui componente adicional das estratégias de polícia comunitária, focando na segurança e na prevenção da violência em ambientes educacionais. A PMGO realiza rondas regulares em escolas, monitorando atividades suspeitas e promovendo a conscientização de estudantes sobre comportamentos de risco. A documentação das operações da patrulha escolar inclui registros de visitas e palestras, que visam criar ambientes escolares protegidos e diminuir a incidência de conflitos entre jovens. A efetividade dessas ações depende da coordenação com a direção escolar e da aceitação da comunidade, aspectos documentados em relatórios de campo (Martins; Dias, 2025).

A integração com a comunidade rural representa elemento estrutural das estratégias preventivas, envolvendo a participação ativa dos cidadãos na redução da criminalidade juvenil. A PMGO organiza encontros com pais, professores e líderes locais para discutir questões relacionadas à segurança de jovens, distribuindo materiais informativos e estabelecendo canais de comunicação direta. Esses eventos facilitam a denúncia de atividades delitivas e promovem a vigilância coletiva, com a documentação dessas interações indicando a relevância da parceria comunitária na identificação de fatores de risco, como o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas (Aquino; Leão, 2023).

A política de proximidade com a comunidade amplia o escopo das ações da PMGO, abrangendo atividades recreativas e educativas direcionadas a jovens. Essas iniciativas incluem oficinas esportivas e campanhas de conscientização, que ocupam o tempo ocioso dos adolescentes, frequentemente associado à delinquência. A documentação dessas ações revela a realização de eventos periódicos, com a participação de policiais e líderes comunitários, registrando a frequência e os participantes envolvidos. A presença constante da polícia nesses contextos fortalece os laços sociais, contribuindo para a diminuição de comportamentos antissociais (Bastos, 2013).

Os dispositivos de controle e gestão de violências na contemporaneidade complementam as estratégias de polícia comunitária, com foco na prevenção da infração juvenil. A PMGO utiliza programas que monitoram indicadores de risco, como evasão escolar e consumo de substâncias entorpecentes, para direcionar suas ações preventivas. A documentação desses dispositivos inclui a coleta de dados em parcerias com escolas e órgãos sociais, permitindo a

identificação de áreas vulneráveis à delinquência juvenil. A aplicação dessas medidas reflete a busca por abordagens que previnam a escalada de conflitos entre adolescentes (Bonamigo et al., 2009).

A perspectiva de prevenção da infração juvenil masculina oferece base para as estratégias da PMGO, destacando fatores como a influência de grupos sociais e a ausência de oportunidades educacionais. A documentação de estudos sobre esse tema indica a prevalência de delitos como furtos e vandalismo entre adolescentes do sexo masculino, sugerindo a relevância de ações que abordem essas causas estruturais. A implementação de programas comunitários pela PMGO inclui atividades de reintegração social, registradas em relatórios de campo, que visam oferecer alternativas positivas aos jovens (Assis; Constantino, 2005).

A policialização das políticas públicas juvenis, evidenciada em iniciativas como o PRONASCI, influencia as estratégias de polícia comunitária da PMGO. A documentação desse programa nacional revela a integração de ações policiais com políticas de cidadania, visando a redução da criminalidade juvenil por meio de capacitação e inclusão social. A aplicação dessas políticas em Goiás inclui a formação de parcerias com entidades locais, que apoiam a execução de projetos comunitários, com registros indicando a participação de jovens em atividades educativas. A análise desses registros destaca a conexão entre segurança pública e desenvolvimento social na prevenção de delitos (Gusso, 2014).

Os aspectos jurídicos e sociais da criminalidade juvenil fornecem contexto para as ações da PMGO, abrangendo estatísticas que indicam a prevalência de jovens em infrações de menor gravidade. A documentação de dados oficiais revela a concentração de delitos em faixas etárias específicas, sugerindo a necessidade de intervenções precoces. A polícia comunitária utiliza essas informações para direcionar suas estratégias, promovendo a conscientização em escolas e comunidades, com registros de palestras e campanhas educativas. A análise desses aspectos reforça a importância de abordagens preventivas no enfrentamento da delinquência (Deus, 2013).

O Projeto Formando Cidadão, implementado em Francisco Beltrão, exemplifica a aplicação de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil. A documentação desse projeto indica a realização de atividades educativas e culturais, envolvendo policiais e estudantes, com o objetivo de fortalecer valores cívicos. A execução dessas ações pela PMGO em Goiás inclui a adaptação a contextos locais, com registros de participação comunitária em eventos escolares, destacando a frequência e os participantes envolvidos. A análise desses registros oferece modelo para a expansão de iniciativas preventivas (Pitz; Cintra, 2025).

2.2 PERCEPÇÕES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO

A percepção dos policiais instrutores e alunos da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) sobre a eficácia das estratégias de polícia comunitária reflete suas experiências na formação e na aplicação prática. A documentação dessas percepções, obtida por meio de relatos operacionais, indica que instrutores reconhecem a proximidade com a comunidade como fator de redução da criminalidade juvenil, enquanto alunos destacam a relevância das simulações na preparação para ações preventivas. A análise desses registros revela diferenças relacionadas ao tempo de serviço e ao nível de exposição a contextos reais, influenciando a avaliação das estratégias comunitárias (Mesquita Neto, 2004).

A relevância das estratégias de polícia comunitária, conforme percebida por instrutores e alunos, relaciona-se à capacidade de prevenir a violência juvenil por meio da educação. A documentação de depoimentos aponta que o Proerd e a patrulha escolar contribuem para a conscientização de adolescentes, diminuindo o envolvimento em atividades delitivas. A percepção de aplicabilidade em contextos reais varia, com instrutores relatando sucesso em áreas urbanas e alunos expressando dúvidas sobre a adaptação a ambientes rurais. A análise desses registros oferece base para avaliar a adequação do treinamento oferecido na CAPM (Martins; Dias, 2025).

A aplicabilidade das estratégias de polícia comunitária em contextos reais depende da preparação dos policiais, conforme registrada por instrutores e alunos da CAPM. A documentação de avaliações de campo indica que a patrulha escolar exige coordenação com escolas, enquanto o Proerd requer habilidades pedagógicas específicas. A percepção de aplicabilidade diverge entre os formandos, com alguns destacando a eficácia em cenários controlados e outros apontando limitações em situações de alta complexidade. A análise desses registros revela a importância de treinamento prático alinhado às demandas operacionais (Aquino; Leão, 2023).

Os desafios percebidos na implementação de ações comunitárias voltadas para jovens emergem das experiências relatadas por instrutores e alunos. A documentação de obstáculos inclui a resistência cultural de algumas comunidades, que associam a polícia a práticas repressivas, e a escassez de recursos para ampliar programas como o Proerd. A análise desses desafios aponta para barreiras logísticas, como a insuficiência de efetivo, e operacionais, como a falta de capacitação específica. A percepção de dificuldades varia, com instrutores destacando a complexidade de integração comunitária e alunos mencionando restrições no currículo de formação (Ferreira, 2020).

A política de proximidade com a comunidade, conforme percebida por instrutores e alunos, enfrenta desafios relacionados à aceitação social. A documentação de encontros comunitários revela que a desconfiança inicial dificulta a adesão dos moradores, enquanto a irregularidade nas ações compromete os resultados. A análise dessas percepções indica que a superação desses obstáculos depende da continuidade das iniciativas e da preparação dos policiais. A visão dos formandos sugere a relevância de estratégias que promovam a confiança local (Bastos, 2013).

Os dispositivos de controle e gestão de violências na contemporaneidade, conforme percebidos por instrutores, envolvem a monitoração de indicadores de risco juvenil. A documentação de dados coletados em parcerias escolares aponta para a identificação de fatores como evasão e uso de drogas, mas a percepção dos alunos indica limitações na aplicação prática desses dispositivos. A análise dessas visões revela a dependência de recursos externos e a necessidade de integração com outras instituições (Bonamigo et al., 2009).

A perspectiva de prevenção da infração juvenil masculina, conforme relatada por instrutores, baseia-se na análise de fatores sociais. A documentação de estudos indica a prevalência de furtos e vandalismo entre adolescentes do sexo masculino, sugerindo a relevância de ações que abordem essas causas estruturais. A percepção dos alunos destaca a importância de atividades de reintegração, mas aponta dificuldades na execução devido à falta de estrutura. A análise dessas visões oferece contexto para as estratégias da PMGO (Assis; Constantino, 2005).

A policialização das políticas públicas juvenis, conforme percebida por instrutores, reflete a integração de ações policiais com programas sociais. A documentação do PRONASCI indica a inclusão de capacitação e atividades comunitárias, mas a percepção dos alunos sugere desafios na adaptação a contextos locais. A análise desses registros destaca a conexão entre segurança e desenvolvimento social na prevenção da criminalidade juvenil (Gusso, 2014).

Os aspectos jurídicos e sociais da criminalidade juvenil, conforme relatados por instrutores, baseiam-se em estatísticas que indicam a concentração de infrações em faixas etárias específicas. A documentação de dados oficiais revela a necessidade de intervenções precoces, enquanto a percepção dos alunos aponta para a falta de preparo jurídico. A análise dessas visões sugere a importância de formação que aborde essas dimensões (Deus, 2013).

O Projeto Formando Cidadão, conforme percebido por instrutores, oferece modelo de polícia comunitária. A documentação de atividades educativas em Francisco Beltrão indica a participação de estudantes, mas a percepção dos alunos destaca a necessidade de expansão. A análise desses registros oferece base para a aplicação em Goiás (Pitz; Cintra, 2025).

Os efeitos do populismo penal midiático, conforme percebidos por instrutores, influenciam a implementação da polícia comunitária. A documentação de narrativas sensacionalistas indica pressão por repressão, enquanto a percepção dos alunos sugere desafios na adesão a abordagens preventivas. A análise dessas visões revela tensões entre mídia e prática policial (Neves, 2015).

3 METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida por meio de abordagem qualitativa, estruturada em três fases interligadas para analisar as percepções de policiais instrutores e alunos em formação da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) sobre a eficácia das estratégias de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil. A primeira fase envolverá a análise documental, abrangendo a revisão de planos de curso e normativas institucionais da PMGO, com base em Almeida (2021) e Aquino e Leão (2023), para identificar os conteúdos relacionados à polícia comunitária na formação policial. Essa etapa também incluirá a consulta a materiais didáticos e relatórios de atividades comunitárias, obtidos junto à corporação, visando mapear as estratégias abordadas.

A segunda fase consistirá na pesquisa bibliográfica, que envolverá a análise de estudos acadêmicos sobre prevenção da criminalidade juvenil e polícia comunitária, utilizando Mesquita Neto (2004) e Martins e Dias (2025) como referencial teórico para contextualizar as práticas preventivas e suas implicações sociais. Essa etapa buscará consolidar a base teórica que sustenta a investigação, examinando a evolução das abordagens comunitárias no Brasil e sua aplicação específica em Goiás.

A terceira fase compreenderá a coleta de dados primários por meio de questionários estruturados, aplicados a uma amostra composta por policiais instrutores e alunos em formação na CAPM, selecionados por amostragem intencional com base em critérios como tempo de experiência e estágio de formação, conforme sugerido por Ferreira (2020). Os questionários serão elaborados com questões fechadas de múltipla escolha, projetados para capturar percepções sobre a relevância, aplicabilidade e desafios das estratégias comunitárias, com distribuição por plataforma digital que assegure anonimato e praticidade, estimando-se um período de 15 a 20 minutos por resposta. A análise dos dados será realizada por meio de técnica de análise de conteúdo, seguindo as práticas de Assis e Constantino (2005), para categorizar e interpretar as respostas, identificando temas e padrões que reflitam as visões dos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

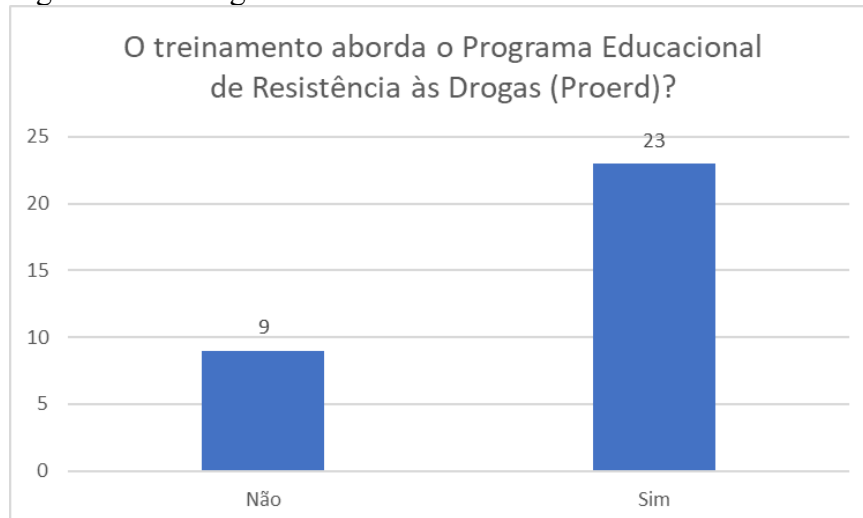
A pesquisa obteve a amostra de 32 participantes, entre policiais instrutores e alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás permitindo examinar percepções sobre estratégias de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil, com foco em inclusão curricular, relevância, desafios e capacitação.

A condição atual na Academia de Polícia Militar de Goiás revela predominância de alunos em formação (31 respostas, 96.88%), com apenas um instrutor (3.12%), caracterizando amostra composta por profissionais em estágio inicial de capacitação para ações preventivas, conforme Aquino e Leão (2023) examinam percepções de policiais militares sobre policiamento comunitário em escolas goianas, identificando vulnerabilidade a insuficiências formativas em contextos educativos, onde a presença limitada de instrutores experientes compromete a transmissão de práticas consolidadas para redução de infrações juvenis.

O tempo de envolvimento na formação ou instrução na Academia de Polícia Militar de Goiás indica experiência recente em 96.88% dos casos (31 respostas de menos de 1 ano), com um participante entre 1 a 3 anos (3.12%), configurando grupo suscetível a limitações na aplicação prática de medidas comunitárias, ressoando com Menezes Sobrinho (2023), que investiga atuação comunitária na proteção de direitos infantojuvenis no Ceará, destacando necessidade de continuidade na capacitação para prevenção de infrações juvenis, especialmente em fases iniciais onde a ausência de exposição prolongada a cenários reais agrava lacunas na mediação social.

A abordagem do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) no treinamento apresenta-se no Gráfico 1.

Figura 1: Abordagem do Proerd no treinamento

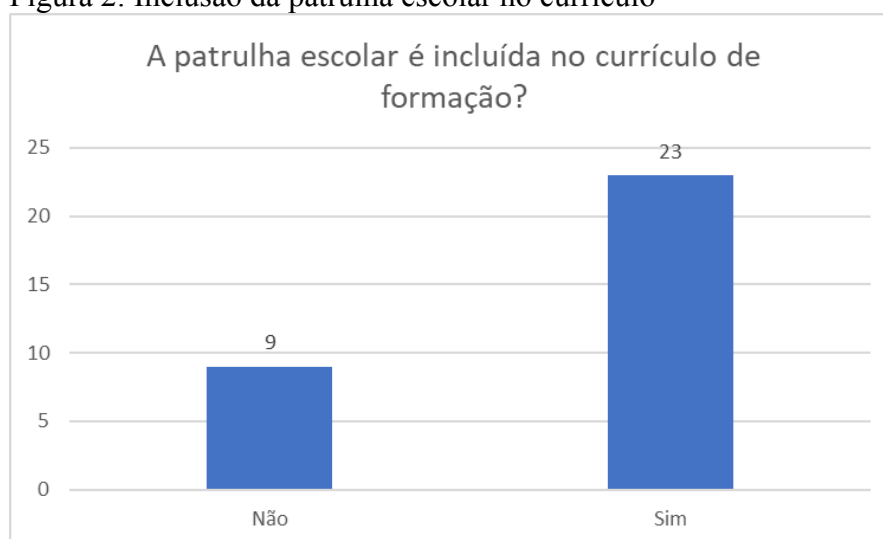


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 1 evidencia inclusão do Proerd em 71.88% das respostas (23 sim), com 28.12% de exclusão (9 não), alinhando-se a Almeida (2021), que analisa Proerd como medida de prevenção primária ao uso de drogas em adolescentes cearenses, vinculando sua integração curricular a redução de vulnerabilidades sociais na delinquência juvenil, onde a presença majoritária no treinamento sugere potencial para mitigação de fatores de risco, embora a exclusão em quase um terço dos casos indique inconsistências na padronização formativa para ações educativas preventivas.

A inclusão da patrulha escolar no currículo de formação delinea-se no Gráfico 2.

Figura 2: Inclusão da patrulha escolar no currículo



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 2 revela presença da patrulha escolar em 71.88% dos casos (23 sim), com 28.12% de ausência (9 não), convergindo com Martins e Dias (2025), que examinam patrulha escolar como prevenção de violência através de integração, associando sua incorporação a diminuição de conflitos em ambientes educacionais, onde a inclusão predominante reflete alinhamento com práticas de proximidade, mas a exclusão significativa aponta para variações na ênfase curricular que comprometem a uniformidade na preparação para intervenções em espaços escolares.

A relevância das estratégias de polícia comunitária na prevenção da criminalidade juvenil consta na Tabela 1.

Tabela 1: Relevância das estratégias na prevenção da criminalidade juvenil

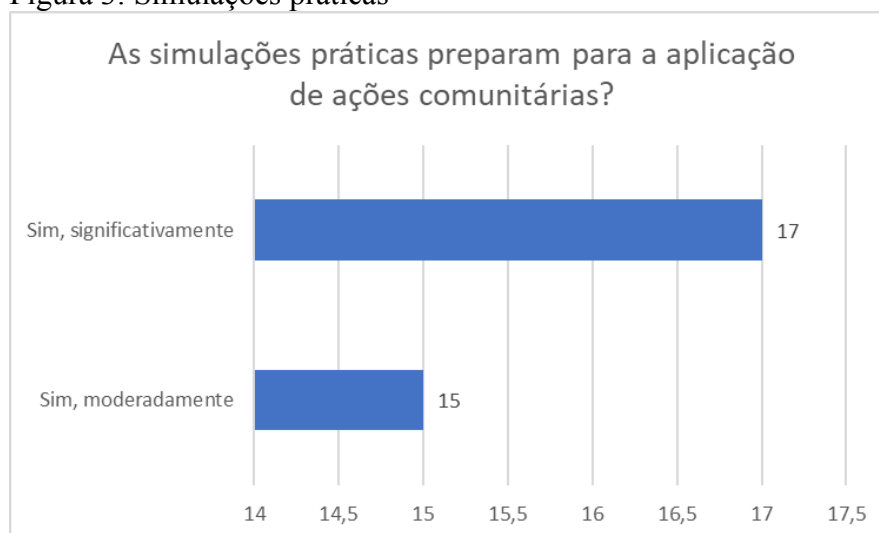
Alternativa	Contagem	Porcentagem (%)
Muito alta	13	40.62
Alta	12	37.50
Média	6	18.75
Baixa	1	3.12

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 1 demonstra percepção elevada de relevância em 78.12% das respostas (muito alta/alta), com média em 18.75%, ecoando Assis e Constantino (2005), que revisam perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina, atribuindo medidas comunitárias a mitigação de fatores comportamentais na delinquência, onde a predominância de avaliações altas indica reconhecimento da contribuição preventiva, embora a presença de respostas médias e baixa sugira variações na compreensão da aplicabilidade em cenários de segurança pública goianos.

A preparação por simulações práticas para a aplicação de ações comunitárias apresenta-se no Gráfico 3.

Figura 3: Simulações práticas



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 3 indica preparação significativa em 53.12% das respostas (17 significativamente), com moderada em 46.88% (15), ressoando com Bastos (2013), que discute política de proximidade com a comunidade, relacionando simulações a fortalecimento de laços sociais na redução de criminalidade juvenil, onde o equilíbrio entre níveis de preparação reflete

adequação moderada, mas destaca necessidade de intensificação para alinhamento com demandas operacionais em prevenção de infrações.

A interação com a comunidade é facilitada pelo treinamento recebido em todas as respostas (32 sim, 100%), configurando consenso na capacitação para engajamento preventivo, conforme Ferreira (2020) investiga ações comunitárias contra violência escolar, vinculando interação facilitada a combate efetivo à delinquência em ambientes educativos, onde a unanimidade sugere efetividade na promoção de canais de diálogo, embora exija verificação em contextos práticos para confirmação da sustentabilidade das interações.

Os desafios percebidos na implementação de ações comunitárias apresentam-se na Tabela 2.

Tabela 2: Desafios percebidos na implementação de ações comunitárias

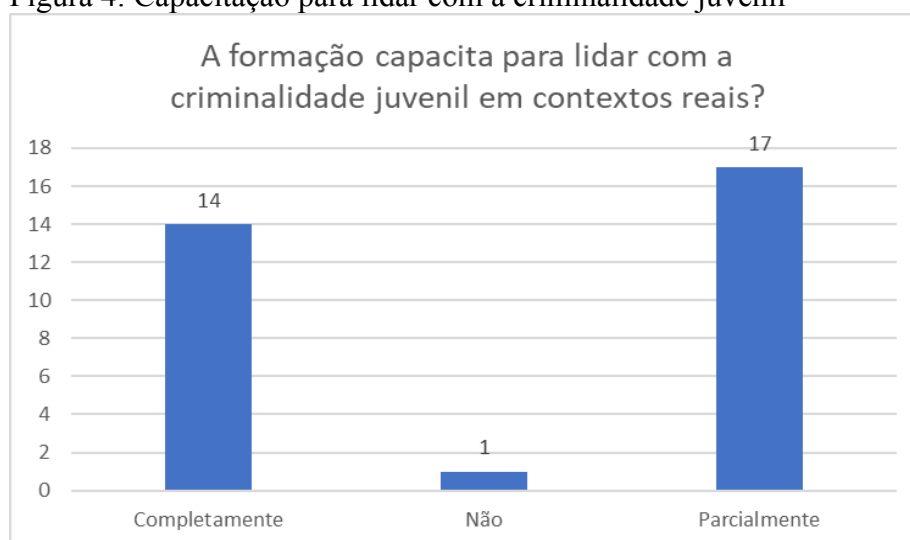
Alternativa	Contagem	Porcentagem (%)
Resistência cultural	18	56.25
Falta de recursos	13	40.62
Falta de treinamento	7	21.88
Não há desafios	2	6.25

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 2 revela resistência cultural como desafio principal (56.25%), seguido por falta de recursos (40.62%), alinhando-se a Neves (2015), que examina efeitos do populismo penal midiático na implementação de polícia comunitária, identificando barreiras culturais e logísticas na prevenção de infrações juvenis, onde a prevalência de resistência cultural indica tensões sociais que demandam reformulações na abordagem preventiva, enquanto a menção a falta de treinamento em 21.88% reforça lacunas formativas na capacitação para mediação comunitária.

A capacitação da formação para lidar com a criminalidade juvenil em contextos reais delineia-se no Gráfico 4. O Gráfico 4 evidencia capacitação parcial em 53.12% das respostas (17), com completa em 43.75% (14), convergindo com Gusso (2014), que analisa policialização de políticas juvenis via PRONASCI, associando formação incompleta a limitações na gestão de delinquência social, onde o predomínio parcial sugere adequação intermediária, mas aponta para necessidade de módulos avançados para enfrentamento de cenários reais de infração juvenil.

Figura 4: Capacitação para lidar com a criminalidade juvenil



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

As percepções sobre a eficácia das estratégias comunitárias na redução da criminalidade juvenil, categorizadas de respostas abertas, constam na Tabela 3.

Tabela 3: Percepções sobre a eficácia das estratégias na redução da criminalidade juvenil

Categoria	Contagem	Porcentagem (%)
Eficaz/Positiva	3	33.33
Moderada/Parcial	2	22.22
Necessidade de Integração	3	33.33
Outros	1	11.11

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 3 indica equilíbrio entre eficácia positiva (33.33%) e necessidade de integração (33.33%), ressoando com Deus (2013), que investiga aspectos jurídicos e sociais da criminalidade juvenil, atribuindo medidas comunitárias a redução estatística de infrações quando integradas a parcerias sociais, onde as categorias destacam condicionantes como colaboração com escolas e famílias para potencialização da prevenção, embora respostas moderadas reflitam restrições contextuais na aplicação em Goiás.

Os resultados indicam percepções de inclusão curricular elevada para estratégias preventivas, com relevância alta e facilitação de interação comunitária, embora desafios como resistência cultural limitem a implementação, orientando proposições para capacitação integrada, em consonância com objetivos de identificação de estratégias na formação e avaliação de desafios na prevenção da criminalidade juvenil na PMGO.

5 CONCLUSÃO

A investigação das percepções sobre estratégias de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil demonstra que as ações da Polícia Militar de Goiás (PMGO), centradas em programas educativos e patrulhas escolares, configuram uma abordagem preventiva capaz de mitigar fatores de risco associados à delinquência entre adolescentes. A análise qualitativa, fundamentada em questionários respondidos por instrutores e alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), evidencia a inclusão expressiva de medidas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) e a patrulha escolar no currículo formativo, revelando um alinhamento com práticas de prevenção primária que priorizam a proximidade e o diálogo em ambientes educacionais e comunitários.

As respostas indicam uma preparação intermediária por meio de simulações práticas, sugerindo uma distância entre o conteúdo teórico e as demandas operacionais em cenários de vulnerabilidade social, onde a criminalidade juvenil se manifesta por meio de influências grupais e ausência de ocupações construtivas.

As implicações dos resultados apontam para uma recepção favorável das estratégias comunitárias, com facilitação consensual da interação entre policiais e população, o que favorece a construção de redes de apoio na identificação precoce de condutas infracionais. No entanto, os desafios identificados, tais como resistência cultural e restrições de recursos, configuram obstáculos à implementação plena, perpetuando barreiras na execução de ações preventivas em contextos escolares e rurais. Essa configuração de percepções, equilibrada entre reconhecimento da relevância e identificação de limitações, reflete a necessidade de reformulações na capacitação policial para o enfrentamento de infrações juvenis, considerando a complexidade de fatores comportamentais e sociais que sustentam a delinquência.

As restrições do estudo, como o foco em participantes da CAPM com experiência limitada e a ênfase em dados qualitativos sem indicadores quantitativos de impacto na redução de infrações, demandam cautela na extensão das conclusões, propondo a expansão para análises longitudinais que incorporem estatísticas operacionais e avaliações de campo com jovens e famílias. A pesquisa atende aos objetivos delineados ao mapear estratégias formativas, avaliar sua aplicabilidade e examinar entraves à execução, contribuindo para o refinamento de práticas na PMGO.

Propõe-se a reformulação do currículo da CAPM com módulos ampliados em mediação cultural e alocação de recursos, complementada por parcerias com instituições educacionais e

sociais para o desenvolvimento de projetos conjuntos, incluindo atividades recreativas e campanhas de conscientização. Tais intervenções visam reforçar a integração entre segurança pública e desenvolvimento social, consolidando a polícia comunitária como mecanismo preventivo na contenção de condutas infracionais juvenis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rafael Araújo. **Proteção à criança e ao adolescente: polícia comunitária como instrumento de eficácia das medidas de prevenção primária ao uso de drogas e resistência à violência através do Proerd no Ceará**. 2021. 50 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- AQUINO, Fernando Santana; LEÃO, Carla Vieira Fagundes. **O Impacto Do Policiamento Comunitário Nas Escolas Do Estado De Goiás – Breve Análise Sobre A Percepção De Policiais Militares**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, p. 81-90, 2005.
- BASTOS, Marcos. Política de proximidade com a comunidade. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 5, n. 1, 2013.
- BONAMIGO, Irme Salete et al. Dispositivos de controle e gestão de violências na contemporaneidade. **Psico**, v. 40, n. 3, 2009.
- DEUS, Andreia Saraiva. Aspectos jurídicos e sociais da criminalidade juvenil: uma análise de estatísticas. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 16, n. 32, p. 142-142, 2013.
- FERREIRA, Jearley. **Ações de polícia comunitária como forma de combate à violência escolar no Brasil**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.
- GUSSO, Rodrigo Bueno. Juventude Transviada? O processo de policialização das políticas públicas juvenis por meio do PRONASCI-Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 35, n. 126, p. 109-129, 2014.
- MARTINS, José Ribamar Maciel; DIAS, Marcos Antônio Negreiros. Ações de polícia comunitária e patrulha escolar: prevenção da violência através da integração. **REVISTA FOCO**, v. 18, n. 1, p. e7389-e7389, 2025.
- MENEZES SOBRINHO, David. **A polícia comunitária e os direitos da criança e do adolescente: atuação do comando de prevenção e apoio às comunidades do Ceará**. 2023. 66 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 103-110, 2004.

NEVES, Rogério de Souza. Os efeitos do populismo penal midiático na implementação da filosofia de polícia comunitária. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 8, 2015.

PITZ, Rogério Gomes Pitz; CINTRA, Jonas Alexandre Sanches Correa. Projeto Formando Cidadão: uma experiência de Polícia Comunitária-estudo de caso da cidade de Francisco Beltrão/PR. **Brazilian Journal of Development**, v. 11, n. 1, p. e76743-e76743, 2025.

APÊNDICE A – TÍTULO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Policial Instrutor(a) ou Aluno(a) em Formação da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Estratégias de Polícia Comunitária na Redução da Criminalidade Juvenil", conduzida por Paulo Murilo Fernandes de Oliveira, vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. O estudo visa analisar as percepções sobre a eficácia das estratégias de polícia comunitária na redução da criminalidade juvenil, conforme Mesquita Neto (2004) e Martins e Dias (2025). A participação envolve responder a questionário anônimo via plataforma digital, com duração aproximada de 15 a 20 minutos, em data compatível com sua rotina. Não há riscos além dos habituais, e a desistência é permitida a qualquer momento sem prejuízo. Os dados serão tratados de forma confidencial, codificados e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, armazenados em ambiente seguro. Declaro que li, compreendi e concordo em participar de forma livre e esclarecida:

- ☐ Sim
- ☐ Não

1. Qual é sua condição atual na CAPM?

- ☐ Instrutor
- ☐ Aluno em formação

2. Há quanto tempo você está envolvido na formação ou instrução na CAPM?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

3. O treinamento aborda o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. A patrulha escolar é incluída no currículo de formação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Avalie a relevância das estratégias de polícia comunitária na prevenção da criminalidade juvenil:

- ☐ Muito baixa

☐ Baixa

☐ Média

☐ Alta

☐ Muito alta

6. As simulações práticas preparam para a aplicação de ações comunitárias?

☐ Sim, significativamente

☐ Sim, moderadamente

☐ Não

7. A interação com a comunidade é facilitada pelo treinamento recebido?

☐ Sim

☐ Não

8. Quais desafios são percebidos na implementação de ações comunitárias? (marque todos que se aplicam)

☐ Resistência cultural

☐ Falta de recursos

☐ Falta de treinamento

☐ Outra (especificar: _____)

9. A formação capacita para lidar com a criminalidade juvenil em contextos reais?

☐ Completamente

☐ Parcialmente

☐ Não

10. Descreva sua percepção sobre a eficácia das estratégias comunitárias na redução da criminalidade juvenil: